



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Publicado no D. O. E. n.º 27.163  
de 19/02/92, à pg 09  
do 2.º caderno

RESOLUÇÃO Nº 2.884

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ,  
EM SESSÃO PLENÁRIA REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 1992,

CONSIDERANDO QUE O ÚLTIMO REAJUSTE SALARIAL CONCEDIDO  
AOS FUNCIONÁRIOS DESTES TRIBUNAL DE CONTAS DATA DE 01 DE JANEIRO DE  
1991,

CONSIDERANDO QUE NESTE PERÍODO, DECORRIDO 12 (DOZE) ME  
SES, ACENTUOU-SE A ESPIRAL INFLACIONÁRIA, ORA ESTACIONADA EM ÍNDI-  
CE APROXIMADO DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO), O QUE SIGNIFICA  
PERDA DE UM QUARTO DO PODER AQUISITIVO EM CADA PERÍODO DE 30 (TRIN-  
TA) DIAS,

CONSIDERANDO QUE NO MESMO PERÍODO O GOVERNO CONCEDEU A  
DIVERSAS CATEGORIAS DE FUNCIONÁRIOS ESTADUAIS 55% (CINQUENTA E CIN-  
CO POR CENTO) EM SETEMBRO DE 1991 E 128% (CENTO E VINTE E OITO POR  
CENTO) EM JANEIRO DE 1992 DE REAJUSTES SALARIAIS, FICANDO OS FUN-  
CIONÁRIOS DESTES TRIBUNAL À MARGEM DAS REFERIDAS CONCESSÕES,

CONSIDERANDO, TAMBÉM, QUE TANTO A ASSEMBLÉIA LEGISLATI-  
VA DO ESTADO, COMO O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO JÁ REAJUSTARAM  
OS VENCIMENTOS DOS SEUS SERVIDORES NO ANO CORRENTE,

CONSIDERANDO, FINALMENTE, O QUE DISPÕE OS ARTIGOS 39 ,  
§§ 1º E 2º DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E ART. 37, INCISOS X E XI DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL,

CONSIDERANDO PROPOSIÇÃO APRESENTADA PELO EXMO. SR. CON-  
SELHEIRO PRESIDENTE NESTA DATA, APROVADA POR VOTAÇÃO UNÂNIME,

Vicente Queiroz  
Conselheiro





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

-02-

RESOLUÇÃO Nº 2.884

**RESOLVE:**

**ART. 1º** - REAJUSTAR OS VALORES DOS VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS EFETIVOS, COMISSIONADOS E INATIVOS DESTES TRIBUNAL DE CONTAS, DE ACORDO COM AS TABELAS ANEXAS, CALCULADO SOBRE OS VALORES ATRIBUÍDOS NO REAJUSTE CONCEDIDO PELA RESOLUÇÃO Nº 2.556, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1991;

**ART. 2º** - FICAM TAMBÉM REAJUSTADAS AS FUNÇÕES GRATIFICADAS NOS MESMOS ÍNDICES DO REAJUSTE GOVERNAMENTAL;

**ART. 3º** - A PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS ADOTARÁ AS MEDIDAS COMPLEMENTARES INDISPENSÁVEIS À EXECUÇÃO DESTA RESOLUÇÃO;

**ART. 4º** - OS EFEITOS FINANCEIROS DESTA RESOLUÇÃO RETROAGIRÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 1992;

**ART. 5º** - ESTA RESOLUÇÃO ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGANDO-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

Vicente Quetron  
Conselheiro






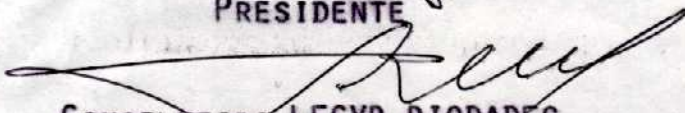
ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

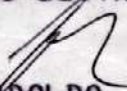
-03-


RESOLUÇÃO Nº 2.884


SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO  
ESTADO DO PARÁ, EM 18 DE FEVEREIRO DE 1992.


  
CONSELHEIRO LAÉRCIO FRANCO  
PRESIDENTE

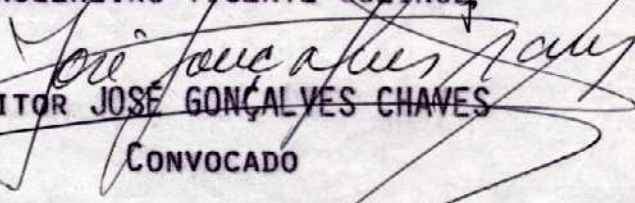
  
CONSELHEIRO LECYR RIODADES

  
CONSELHEIRO HAROLDO JULIÃO DA GAMA

  
CONSELHEIRO PAULO DOURADO

  
CONSELHEIRO LAUDELINO PINTO SOARES

  
CONSELHEIRO VICENTE QUETROZ

  
AUDITOR JOSÉ GONÇALVES CHAVES  
CONVOCADO

FOI PRESNETE: PROCURADORA MARIA INÊS GUEIROS